

**MENSAGEM GAB/Nº 007/2023.**

Arinos- MG, 20 de abril de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
**EDER SANTANA OLIVEIRA**  
Presidente da Câmara Municipal de Arinos  
Rua Professor Benevides, nº 385, Centro  
CEP: 38.680-000 – Arinos (MG)

**Assunto:** Projeto de Lei - Dispõe sobre a criação da Política Municipal de Turismo de Arinos, a criação do Conselho Municipal de Turismo e a instituição do Fundo Municipal de Turismo.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a essa Colenda Casa o presente Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da Política Municipal de Turismo de Arinos, a criação do Conselho Municipal de Turismo e a instituição do Fundo Municipal de Turismo.

Com a implementação da Política Municipal de Turismo, do Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal de Turismo, será possível garantir uma gestão mais eficiente e democrática das atividades turísticas em Arinos. Essas medidas possibilitam a criação de estratégias mais eficazes para o desenvolvimento do setor, além de permitir a participação da sociedade civil nas decisões e no financiamento de projetos relacionados ao turismo local, garantindo o desenvolvimento sustentável e democrático do turismo em Arinos, promovendo benefícios para a economia local, a população e o meio ambiente.

É importante ressaltar que a criação dessas estruturas se alinha com as exigências da Lei Estadual 18.030/2009, que "dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da Arrecadação do ICMS pertencente aos municípios", do Decreto Estadual 48.108/2020, "que regulamenta o critério "turismo" estabelecido na Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios", e da Resolução Secult nº 44 de 13 de abril de 2021, que "padroniza a forma de entrega e apresentação dos documentos exigidos pelo Decreto Estadual 48.108/2020, para fins de habilitação e pontuação na distribuição da parcela de ICMS pertencente aos municípios pelo critério turismo".



Além disso, a Política Municipal de Turismo pode promover o desenvolvimento sustentável de Arinos, que envolve a promoção do turismo de forma consciente e responsável, levando em conta as questões sociais, econômicas e ambientais do município.

Diante do exposto, na certeza de que os ilustres membros dessa Egrégia Casa Legislativa haverão de conferir o indispensável apoio a esta proposta, rogamos a Vossa Excelência emprestar a valiosa e indispensável colaboração no encaminhamento da matéria.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, e aos seus ilustres e aos seus pares, expressões de consideração e apreço.

Atenciosamente,



**MARCÍLIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA**  
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº 22 /2023

**Dispõe sobre a criação da Política Municipal de Turismo de Arinos, cria o Conselho Municipal de Turismo, institui o Fundo Municipal de Turismo e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ARINOS**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

**CAPITULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Lei estabelece as normas sobre a Política Municipal de Turismo do Município de Arinos e define as atribuições do Poder Público Municipal no planejamento, desenvolvimento e fomento no setor turístico no território municipal.

**Art. 2º** Caberá ao Poder Executivo Municipal, em parceria com a sociedade civil organizada, fomentar, promover, incentivar e consolidar o turismo como fator estratégico de desenvolvimento.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo Municipal garantirá autonomia para o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Turismo, com dotação orçamentária e estrutura administrativa necessárias.

**Art. 3º** Caberá à Secretaria Municipal responsável por políticas de turismo implementar a Política Municipal de Turismo, planejar, fomentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar o turismo em âmbito municipal, regional e estadual.

**Art. 4º** Caberá, ainda, à Secretaria Municipal responsável por políticas de turismo orientar a ação dos órgãos públicos, da iniciativa privada e de entidades e empresas que atuem com o turismo, no sentido de estimular e apoiar o encaminhamento de soluções para o desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo, com o intuito de promover:

I – A boa imagem do produto turístico do município perante o mercado regional, nacional e internacional;

II – A permanência do visitante no município;

III – A proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do patrimônio cultural de interesse público.

IV – O estímulo ao turismo responsável praticado em áreas naturais, protegidas ou não;

V – A informação da sociedade e do cidadão sobre a importância econômica e social do turismo.

02/Mai/2023 000012492: CÂMARA MUNICIPAL

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal responsável por políticas de turismo deverá promover a articulação da Política Municipal de Turismo com as demais políticas municipais, estaduais e federais.

**Art. 5º** São atribuições da Secretaria Municipal responsável por políticas de turismo, além das outras estabelecidas por esta Lei:

- I – Implementar a Política Municipal de Turismo, conforme o disposto nesta Lei, coordenando, acompanhando e avaliando as ações executadas, sempre em harmonia com as outras Secretarias Municipais e com o Conselho Municipal de Turismo de Arinos – COMTUR;
- II – Responsabilizar-se pela coordenação do Plano Municipal de Turismo e pela atualização periódica do Inventário da Oferta Turística de Arinos;
- III – Propor alocação de recursos de sua dotação orçamentária em programas e projetos do Plano Municipal de Turismo;
- IV – Propor atos normativos e regulamentadores relativos às atividades da cadeia produtiva do turismo;
- V – Promover ações de marketing do destino para divulgar os atrativos turísticos e os prestadores de serviços turísticos do município;
- VI – Subsidiar o Conselho Municipal de Turismo de Arinos – COMTUR com auxílio administrativo, estudos técnicos, capacitações e outras iniciativas que possam aprimorar os programas relacionados à cadeia produtiva do turismo;
- VII – Submeter à apreciação do Conselho Municipal de Turismo de Arinos – COMTUR, justamente com o Conselho Fiscal do Fundo Municipal de Turismo de Arinos – FUMTUR, a prestação de contas uma vez ao ano.

## CAPITULO II

### POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO

**Art. 6º** A Política Municipal de Turismo de Arinos, obedecendo a Lei Orgânica do Município, da Lei Geral do Turismo e das Leis Estadual de Turismo, atenderá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, do desenvolvimento econômico e social justo e sustentável, da proteção e recuperação ambiental, garantido a inclusão social de sua população e a preservação das características físicas, culturais, históricas, patrimoniais e ambientais.



**Art. 7º** A Política Municipal de Turismo de Arinos será regida por um conjunto de diretrizes e normas voltadas ao ordenamento do setor turístico, e por programas e ações definidas no Plano Municipal de Turismo.

**Art. 8º** Constituem objetivos da Política Municipal de Turismo de Arinos:

- I – Atender as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo do Governo Federal, bem como as diretrizes das políticas públicas da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais – SECULT/MG;
- II – Cumprir os critérios descritos na Lei Estadual nº 18.030/2019, que trata dos critérios para a distribuição da parcela do ICMS Turismo pertencentes aos municípios;
- III – Facilitar e promover o turismo local e regional, contribuindo para a geração de emprego e renda;
- IV – Articular, apoiar e estabelecer parcerias com órgãos e entidades públicas e privadas, nacional ou internacional, objetivando o desenvolvimento socioeconômico sustentável dos setores afins;
- V – Desconcentrar poderes e descentralizar operações, criando mecanismos que promovam nos programas e projetos a participação popular diretamente ou através de entidades representativas;
- VI – Reunir recursos públicos e privados para investimento na cadeia produtiva do turismo, utilizando-os de maneira eficiente e com garantia de qualidade;
- VII – Incentivar a participação dos produtores rurais, artesãos e agentes culturais, estimulando o comércio da população local e o uso dos serviços pela população e visitantes;
- VIII – Estabelecer estratégias de modo a captar feiras, competições esportivas e eventos regionais para realização no município;
- IX – Realizar em parceria com o trade turístico do município eventos de apresentação do potencial turístico, bem como Press Trip e Famtur;
- X – Criar roteiros turísticos municipais e incentivar a participação em roteiros regionais;
- XI – Fixar normas e diretrizes objetivas, estáveis, simples e passivas de rápida execução;
- XII – Democratizar o acesso da população local e dos visitantes aos pontos turísticos do município, envolvendo as instâncias públicas, privadas e a sociedade civil organizada, contribuindo para a elevação do bem-estar geral;
- XIII – Apoiar o desenvolvimento do produto turístico, por meio da mobilização e sensibilização da comunidade;



- XIV – Buscar e ampliar o fluxo turístico, a permanência e o gasto médio dos visitantes no município;
- XV – Apoiar a prática de turismo com sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto, compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;
- XVI – Apoiar a prática de turismo com segurança nas áreas naturais, públicas e privadas;
- XVII – Preservar a identidade e as tradições culturais das comunidades locais relacionadas com a atividade turística;
- XVIII – Apoiar, de acordo com as políticas existentes, pessoas físicas e jurídicas, destinados a atividades de expressão cultural, animação turística, entretenimento e lazer de outros atrativos com capacidade de retenção e prolongamento do tempo de permanência dos visitantes no município, sejam eles de lazer ou de negócios.

### CAPITULO III

#### CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR

**Art. 9º** Fica criado o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, que tem por objetivo auxiliar na orientação, promoção e gerência do desenvolvimento do turismo e nas políticas públicas voltadas ao setor.

**Art. 10** O COMTUR é um órgão subordinado à Secretaria Municipal responsável por políticas de turismo do município, com funções deliberativas, consultivas, normativas e fiscalizadoras.

**Art. 11** Compete ao COMTUR:

- I – Elaborar e aprovar o seu regimento interno;
- II – Elaborar o Plano Municipal de Turismo;
- III – Propor medidas que visem à qualidade, segurança e a eficiência da infraestrutura dos atrativos turísticos do município;
- IV – Apresentar campanhas e projetos educacionais que despertem a população para a defesa e a preservação do patrimônio ambiental e cultural do município;
- V – Contribuir para a realização de encontros de estudo, seminários e congressos que estimulem a prática do turismo sustentável;
- VI – Opinar sobre a celebração de convênios com outros entes federativos;



- VII – Trabalhar de forma integrada com o turismo regional;
- VIII – Colaborar na elaboração e divulgação do calendário turístico municipal;
- IX – Contribuir para o aperfeiçoamento da legislação referente ao turismo zelando pelo seu cumprimento;
- X – Divulgar, periodicamente, o relatório de atividades;
- XI – Propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo;
- XII – Emitir parecer relativo ao financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria turística;
- XIII – Criar, implantar e estimular atividades de expressão cultural e turística que prolonguem a permanência de turistas no município;
- XIV – Elaborar roteiros junto com os condutores ambientais, guias de turismo, receptivos turísticos, operadores turísticos e agências de viagem e turismo;
- XV – Criar, implantar e estimular atividades de divulgação do destino, através das mídias sociais, jornais, PressTrip, Fomtur e demais meios de comunicação que for necessário;
- XVI – Contribuir para a formação e a capacitação profissional que atuem na área de turismo visando a qualidade e produtividade;

**Art. 12** O COMTUR será constituído por 10 (quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 4 (quatro) representantes do Poder Público e 06 (seis) representantes da comunidade.

**§ 1º** Os representantes do Poder Público serão indicados pelo Prefeito e deverão integrar as seguintes secretarias municipais ou órgãos equivalentes:

- I – Secretarias Municipais responsáveis por políticas de turismo e cultura;
- II – Instituto Estadual de Floresta – IEF (Parque Estadual de Sagarana);
- III – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER.

**§ 2º** Os representantes da comunidade devem pertencer aos seguintes grupos, sendo por estes eleitos de forma livre e democrática:

- I – Associações e cooperativas;
- II – Hotéis, pousadas e similares
- III – Restaurantes, bares e similares;

IV – Atividades esportivas e desportivas;

V – Guia de turismo e/ou condutor de turismo

VI – Agência de viagem e turismo e operadora turística.

→ § 3º O mandato do Presidente, Vice-Presidente terá duração de 2 (dois) anos, podendo, os mesmos, serem reconduzidos, através de nova eleição.

→ § 4º Os membros do Conselho, cumprirão mandato de 2 (dois) anos, com direito a reeleição.

**Art. 13** - O Conselho Municipal de Turismo terá a seguinte estrutura organizacional:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Secretário Executivo;

IV – Comissão de Fiscalização do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR

**Art. 14** A Diretoria do COMTUR, será constituída dos seguintes membros:

I – Presidente: Representante da Secretaria Municipal responsável por políticas de turismo;

II – Vice-Presidente: Representante da Sociedade Civil;

III – Secretário-Executivo: Representante da Sociedade Civil.

**Art. 15** A Secretaria Municipal responsável por políticas de turismo deverá viabilizar a estrutura física e todos os recursos humanos e materiais que forem necessários ao perfeito funcionamento do COMTUR.

**Art. 16** As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

#### CAPITULO IV

#### DO FUNCIONAMENTO DO COMTUR

→ **Art. 17** O Conselho Municipal de Turismo terá reuniões ordinárias trimestralmente, que tratarão de assuntos de pauta elaborada e distribuída a cada Conselheiro, com antecedência de mínima quarenta e oito horas, documentadas via e-mail ou ofício sempre passado pelo secretariado.

§ 1º As reuniões extraordinárias do Conselheiro realizar-se-ão sempre que houver manifestação de algum de seus membros, dirigida ao Presidente e/ou a critério do próprio, documentadas via e-mail ou ofício sempre passado pelo secretariado.



§ 2º As decisões do COMTUR serão tomadas por maioria simples.

§ 3º As reuniões ordinárias e extraordinárias somente serão realizadas quando houver o comparecimento de no mínimo 50% dos Conselheiros Titulares.

§ 4º As decisões do Conselho serão transmitidas pelo seu Presidente ao Prefeito Municipal através de comunicação escrita com acompanhamento de ata assinada e aprovada pela maioria.

§ 5º O Presidente do Conselho poderá conceder licença aos seus membros, até no máximo sessenta dias.

§ 6º O Conselheiro poderá faltar três sessões consecutivas ou seis alternadas por ano, sem justificativa, será advertido oficialmente e caso não se manifestar, após a votação em reunião, perderá a cadeira no Conselho.

§ 7º A vacância do cargo de Conselheiro deverá ser comunicada, no prazo de dez dias, à classe representada ou ao Prefeito Municipal.

§ 8º No caso de vacância do cargo de Presidente, esta será comunicada ao Prefeito Municipal e posteriormente convocada reunião extraordinária, depois de cumprir o disposto nos §§ 7º e 8º, supracitado, para eleição do novo Presidente, no prazo de 10 dias.

§ 9º Quando ocorrer vaga, o nome membro designado em substituição completará o mandato do substituído.

## CAPÍTULO V

### DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO COMTUR

**Art. 18** Compete aos membros do COMTUR:

- I – Comparecer às reuniões do Conselho, justificando previamente a ausência nos casos de impedimento forçado;
- II – Aceitar os encargos e as comissões para os quais forem designados;
- III – Propor ao Conselho estudos, sugestões e programas de trabalho;
- IV – Participar das votações.

**Art. 19** Ao Presidente do COMTUR compete:

- I – Marcar, convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- II – Dirigir a entidade e representá-la perante o Prefeito Municipal e outros órgãos públicos e privados;



- III – Propor planos de trabalho;
- IV – Participar nas votações e aprovar resoluções;
- V – Resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento do Conselho;
- VI – Transmitir ao Prefeito Municipal as proposições aprovadas pelo Conselho documentadas via e-mail ou ofício com a cópia de ata aprovada e assinada pela maioria;
- VII – Conceder licença aos membros do Conselho;
- VIII – Decidir, com voto de qualidade, os casos de empate nas votações;
- IX – Delegar competência aos seus membros, sempre que necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observado as limitações legais;
- X – Representar o COMTUR, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.

**Art. 20** Ao Vice-Presidente compete:

- I – Substituir o Presidente em seus impedimentos e eventuais ausências;
- II – Assessorar a presidência.

**Art. 21** Ao Secretário Executivo compete:

- I – Organizar a pauta dos trabalhos para cada sessão, ouvindo o Presidente;
- II – Redigir as atas das sessões;
- III – Receber todo o expediente endereçado ao Conselho registrá-lo e tomar as providências necessárias;
- IV – Receber pautas, somente documentada através dos conselheiros;
- V – Cumprir as determinações deste Regimento.

**Art. 22** Ao relator da Comissão de Fiscalização compete:

- I – Coordenar dos trabalhos da comissão;
- II – Definir pautas da reunião;
- III – Convocar reuniões extraordinárias sempre que necessário;
- IV – Promover a abertura e encerramento de reuniões;
- V – Apresentar os relatórios, pareceres e propostas ao COMTUR;



VI – Proferir seu voto de desempate;

VII – Representar a Comissão quando necessário.

**Art. 23** Ao Secretário da Comissão de Fiscalização compete:

I – Auxiliar o relator nos trabalhos da Comissão;

II – Suprir os membros com todas as informações inerentes a cada caso;

III – Supervisionar o cumprimento das decisões da Comissão Fiscalização;

IV – Redigir atas e correspondências, documentos, e pareceres da Comissão Fiscalização;

V – Substituir o relator nos seus impedimentos ou falta.

## CAPITULO VI

### FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR

**Art. 24** Fica criado o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR.

**Art. 25** A administração, aplicação e movimentação dos recursos do FUMTUR será feita somente mediante aprovação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, por no mínimo cinquenta por cento de seus membros.

**Art. 26** Os recursos do FUMTUR serão depositados em conta específica, em estabelecimento da rede bancária oficial.

**Art. 27** O Prefeito Municipal, constatada quaisquer irregularidades na administração do FUMTUR, decretará intervenção no mesmo com destituição do presidente, solicitando a substituição do mesmo.

## CAPITULO VII

### DA COMPETÊNCIA DO COMTUR

**Art. 28** Compete ao Conselho Municipal de Turismo no FUMTUR:

I – Estabelecer diretrizes gerais para destinação dos recursos do FUMTUR;

II – Aprovar planos e projetos de aplicação dos recursos do FUMTUR apresentados pela Secretaria Municipal responsável por políticas de turismo;

III – Acompanhar a execução dos gastos dos recursos do FUMTUR e auditar quando necessário;

IV – Aprovar a prestação de contas do FUMTUR do exercício anterior;

02/Mai/2023 000012492: CAMARA MUNICIPAL



V – Elaborar, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Arinos-MG, através de sua Secretaria Municipal responsável por políticas de turismo, projetos e ações imediatas para arrecadação de recursos para o FUMTUR;

VI – Trabalhar de forma conjunta com a Prefeitura Municipal de Arinos-MG para arrecadação de recursos para o FUMTUR;

§ 1º As diretrizes estabelecidas deverão estar em consonância com os programas estabelecidos pelos órgãos federais e estaduais para a condução da política de desenvolvimento do turismo;

§ 2º O conselho deverá promover a participação dos segmentos ligados a atividade turística no município para definição das diretrizes gerais de destinação dos recursos do FUMTUR.

## CAPITULO VIII

### DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

**Art. 29** Fica criada a Comissão de Fiscalização do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, composto pelos membros do Conselho Municipal de Turismo, obedecendo à Diretoria eleita para o COMTUR, sendo eles o Presidente, Vice-Presidente, Secretário Executivo e a Comissão de Fiscalização do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, com mandato de 02 (dois) anos, seguindo o mandato do COMTUR e suas respectivas funções e podendo ser reconduzido.

**Parágrafo único.** A Comissão de Fiscalização do FUMTUR será constituída de dois membros titulares e seus suplentes.

**Art. 30** A Comissão de Fiscalização do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR compete:

I – Acompanhar, analisar e fiscalizar a movimentação contábil das receitas, dos repasses e da devida utilização dos recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR destinados a execução das políticas públicas de turismo e a implementação do Plano Municipal de Turismo;

II – Dar parecer, promover estudos técnicos, pesquisas e levantamentos sobre assuntos relativos a sua competência, tomando a iniciativa na elaboração das proposições necessárias;

III – Prestar, em plenário, as informações que lhe forem solicitadas pela Mesa Diretora e pelos Conselheiros;

IV – A Comissão Fiscalizadora poderá solicitar a Prefeitura Municipal de Arinos-MG o orçamento, receitas e o relatório de gastos nas atividades de turismo.



V – Sobre as análises e conclusões da Comissão de Fiscalização, deve ser respeitada a ética na divulgação.

**Art. 31** Compete à Comissão de Fiscalização do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR deliberar sobre a aplicação dos recursos do FUMTUR e apontar irregularidades, propor soluções, emitir parecer que acompanharão a prestação de contas a ser apresentada à aprovação do COMTUR.

**Art. 32** Compete à Prefeitura Municipal de Arinos-MG, através de sua Secretaria Municipal responsável por políticas de turismo:

I – Elaborar o plano de aplicação anual das receitas do exercício seguinte e submetê-lo à aprovação do Conselho Municipal de Turismo até 30 de novembro de cada ano;

II – Executar o Plano de Aplicação Anual das receitas do FUMTUR;

III – Apresentar, até 31 de janeiro do exercício seguinte, a prestação de contas do exercício anterior submetendo-a à aprovação do COMTUR;

IV – Desenvolver campanhas e ações de estímulo a arrecadação de recursos, executar projetos e buscar recursos.

## CAPÍTULO IX

### DA CONSTITUIÇÃO DA RECEITA

**Art. 33** Constituem receitas do FUMTUR:

I – Dotações consignadas no orçamento municipal;

II – Repasse de recursos de fundos similares, constituídos pelos governos federal e estadual;

III – Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados por organizações não-governamentais e por pessoas físicas ou jurídicas;

IV – Rendas provenientes de vendas de materiais, publicações e eventos bem como de aplicações financeiras dos recursos disponíveis no mercado de capitais;

V – Valores provenientes de taxas e multas previstas nos Códigos Municipais de Obras, Posturas, Tributário e de Vigilância Sanitária que se refiram a empreendimentos ou ações originárias da atividade turística;

02/Mai/2023 000012492-CÂMARA MUNICIPAL

VI – Recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados entre a Secretaria Municipal responsável por políticas de turismo e instituições públicas e privadas ligadas ao turismo, nacionais ou estrangeiras;

VII – Participação de bilheteria de eventos artísticos, culturais e esportivos, com fins lucrativos;

VIII – Rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras de recursos disponíveis, observadas as disposições legais pertinentes.

IX – Quaisquer outros recursos, créditos e rendas legalmente incorporáveis.

**Parágrafo único.** Todos os recursos destinados ao FUMTUR deverão ser contabilizados como receita orçamentária municipal e a ele alocados através de dotações consignadas na Lei orçamentária, obedecendo às normas gerais do direito financeiro.

**Art. 34** O Secretário Municipal responsável pelo setor de turismo é o gestor dos recursos do FUMTUR e assinará todos os documentos contábeis juntamente com o Prefeito Municipal.

## CAPÍTULO X

### DAS DESTINAÇÕES DOS RECURSOS DO FUMTUR

**Art. 35** Os recursos do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR serão exclusivamente aplicados em:

I – Fomento das atividades relacionadas ao turismo no município, visando criar alternativas de geração de emprego, melhoria de renda e qualidade de vida da população de Arinos-MG;

II – Incentivo à divulgação e promoção do município e de seus produtos;

III – Aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de projetos e atividades da Secretaria Municipal responsável por políticas de turismo e do Conselho Municipal de Turismo, visando o desenvolvimento de programas e projetos turísticos;

IV – Treinamento e capacitação de profissionais vinculados ao turismo e dos membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR;

V – Atração, captação e promoção de eventos de interesse turístico para o município, sendo tais eventos de natureza empresarial, artística, esportiva, social e outros concernentes demanda de negócios, cultura e lazer;

VI – Manutenção e criação de novos serviços de apoio ao turismo no município;

VII – Melhoria da Infraestrutura turística;







- VIII – Pagamento de taxas bancárias e/ou custeios referente à manutenção da conta do FUMTUR;
- IX – Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas, de direito público e privado, para a execução de programas e projetos específicos do setor de turismo;
- X – Promoção do artesanato local;
- XI – Divulgação das potencialidades turísticas do município, através dos meios de comunicação em mídia local, estadual, nacional e internacional;
- XII – No custeio parcial ou total de viagens para funcionários públicos municipais ou membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, e convidados do Poder Público desde que comprovada a sua destinação exclusiva para ações e desenvolvimento do turismo;
- XIII – No custeio parcial ou total de eventos de cunho turístico;
- XIV – Na confecção de material de folhetaria e distribuição para rede de serviços de apoio ao turismo;
- XV – Na construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para a prestação de serviços turísticos;
- XVI – Na contratação de empresa de consultoria para trabalhos relacionados ao do Turismo.

## CAPÍTULO XI

### DAS DELIBERAÇÕES

**Art. 36** As deliberações do Conselho Municipal de Turismo que tratarem de assuntos referentes ao FUMTUR poderão ser tomadas conjuntamente aos demais assuntos do COMTUR, exceto nos casos de:

- I – Aprovação de diretrizes gerais para aplicação dos recursos do FUMTUR;
- II – Aprovação do plano anual de atividades;
- III – Aprovação das contas anuais;
- IV – Auditorias.

**Parágrafo único.** O Plano Anual de Atividades poderá ser aditivado com aprovação do Presidente do COMTUR, desde que seus objetivos sejam consoantes com as diretrizes gerais e disponha de dotação orçamentária pertinente.

**Art. 37** Nos demais casos os assuntos referentes ao FUMTUR, deverão constar expressamente na pauta de reuniões e discutidas em destaque.

02/Mai/2023 000012496 CHM/MG MUNICIPAL

## CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 38** Os casos omissões nesta Lei serão resolvidos pelo COMTUR.

**Art. 39** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 798, de 30 de agosto de 1999, que "dispõe sobre criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo de Arinos e dá outras providências", a Lei Municipal nº 1.119, de 16 de agosto de 2006, que "cria o Conselho Municipal de Turismo, cria o Fundo Municipal de Turismo, e dá outras providências" e a Lei Municipal nº 1.527, de 1 de junho de 2018, que "altera a Lei nº 1.119, de 16 de agosto de 2006, que "cria o Conselho Municipal de Turismo, cria o Fundo Municipal do Turismo e dá outras providências".

**Art. 40** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arinos-MG, 20 de abril de 2023.



**MARCÍLIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA**  
Prefeito Municipal